

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Débora Evelyn Cunha ¹, José Carlos Souza Araújo ²

^{1, 2}Universidade de Uberaba, deboraecunha@outlook.com¹, jcaraujo.ufu@gmail.com²;

Linha de trabalho: Políticas Públicas na Educação.

Resumo

Essa revisão de literatura pretende promover conceituações das tecnologias e mecânicas que permeiam a pedagogia no mundo globalizado. A análise será feita sobre a Matriz Curricular em Alfabetização Midiática Informacional (AMI) desenvolvida pela Unesco, como paradigma a identificar a forma e, quais de suas peculiaridades foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro utilizando-se da pesquisa documental e bibliográfica. Será viabilizada uma comparação ao modelo estrutural brasileiro e suas políticas públicas. Os resultados contribuirão de forma crítica e construtiva para o estudo dos diplomas normativos brasileiros, tais como a Lei de diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Educação.

Palavras-chave: Educação, Políticas Públicas, Matriz Curricular, Alfabetização Midiática Informacional.

Contexto do Relato

A sociedade para se formar necessita de componentes fundamentais como a terra e o povo, porém estes não são suficientes para estabelecê-la como tal. Mesmo com o avanço da cultura digital que tem substituído antigos procedimentos e facilitado a forma de viver em sociedade, para assim denominá-la, são necessários alicerces firmes, direitos fundamentais sólidos como: a saúde, a moradia, o lazer, a família, a dignidade pessoal, e, principalmente, a educação.

Nesse sentido é certo que todo ser humano pode receber e transmitir informações, utilizando-se das mais variadas formas e tecnologias de comunicação. Porém, para referido acesso eficaz, deve-se estabelecer como paradigma, o papel da educação no âmbito da alfabetização midiática, na qual, os sujeitos devem apreender a utilizar e a entender os meios tecnológicos disponíveis desde o primeiro contato com a sala de aula.

Assim, a formação de uma sociedade letrada digitalmente deve iniciar desde os bancos escolares, sendo essa uma das principais funções do professor na docência do futuro.

Para poder constituir uma sociedade letrada deve, inicialmente, o professor, ser alfabetizado de forma midiática e informacional desde o processo de sua formação, estendendo-se na sua qualificação continuada de forma a acompanhar a evolução da sociedade e dos meios tecnológicos que a impulsionam.

Ocorre que foi nesse contexto de globalização informacional, também conhecido como “sociedade em rede” que a UNESCO, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, apresentou a matriz curricular e de competências em AMI (Alfabetização Midiática Informacional), a qual em seu conteúdo combinou duas áreas distintas em um único conceito e em um único principal objetivo: o eficaz letramento digital como forma de garantir a docência do futuro.

Como a tecnologia e a mídia por meio de publicidades, propagandas e todo o jornalismo integram e unem a sociedade global, é evidente a necessidade de realizar uma unificação das noções de alfabetização midiática e informacional, para que, futuramente, o acesso e o entendimento de todos sejam equivalentes.

Para facilitar o entendimento e analisar a aplicabilidade da matriz curricular em AMI, importante serão a compreensão dos diversos conceitos atualmente utilizados em se tratando de “tecnologia”, e mais, o contexto atual em que se desenvolvem, ou seja, a sociedade neoliberal em que se destaca o “empresário de si mesmo” no mundo virtual.

As políticas públicas educativas, portanto, tem se tornado um importante objeto de pesquisa já que são elas as, possivelmente, responsáveis pelo letramento digital e pela formação do sujeito útil para a sociedade globalizada.

Nesse contexto observa-se o desenvolvimento da AMI pela UNESCO com o aparente propósito de integrar os objetivos contidos na matriz curricular em todo o processo de educação brasileira, ou seja, na mediação entre o Estado e a Sociedade, na tentativa de garantir a democratização da informação.

Antes de compreender as políticas pública educativas, necessário analisar o processo histórico de inclusão ao direito à educação no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista que foi somente em 1889 que foi criado o primeiro órgão público com o objetivo primordial de fiscalizar a educação nacional.

Conforme se observa em MOTTA (1997, p. 111):

É neste ambiente de mudanças económicas, sociais e políticas, que se dá a Proclamação da República, a 15 de novembro de 1889, e se cria o Ministério de Instrução, Correios e Telégrafos, instalado imediatamente pelo Ministro Benjamim CONSTANT, um dos ideólogos do positivismo no Brasil e baluarte dos republicanos. Apesar de ter tido uma vida curta, de 1889 a 1891, esse Ministério fez uma reforma profunda no conteúdo do que era ensinado em nossas escolas, com alterações no currículo de forma a adaptá-lo totalmente à classificação das ciências de Augusto COMTE, começando pelo Colégio Pedro II, padrão para aquela época.

Importante reflexão realizada já em meados do século XX, com a 1ª Lei de Diretrizes e Bases de 1961, foi a tentativa de criação de um Sistema Nacional de Ensino para que, na forma federalista de governo, o Brasil garantisse uma educação de qualidade e igualitária.

Em decorrência da necessidade do letramento digital, a UNESCO, como anteriormente mencionada, possui papel de destaque em estabelecer uma matriz de componentes e requisitos curriculares para os cursos de licenciatura como forma de garantir a eficaz alfabetização midiática informacional da sociedade globalizada e, conseqüentemente o livre acesso a informação.

Embora o número de professores, que declaram ter dificuldades em atividades com o uso de ferramentas multimídias, tenha diminuído, como revela a edição de 2011 da Pesquisa TIC Educação: 35% relataram problemas em 2011 ante 44% em 2010, a análise crítica do potencial e dos limites da cultura digital cabe ao professor.

Ao desenvolver uma maior familiaridade com esse universo, pelo qual se deve ter contato desde a sua formação como tal, ele inicia a capacitação para a reflexão, uma motivação individual que fará com que o professor desenvolva práticas considerando as inovações pedagógicas e se utilizando dos benefícios trazidos pela tecnologia, aprendizagem e desenvolvimento em processos educacionais para garantir o livre e eficaz acesso à informação global.

Como a formação midiática e informacional, além do letramento digital são funções a serem desempenhadas pelo professor na sala de aula da “sociedade em rede”, suas ferramentas e meios de trabalho poderão estar previstos em políticas públicas educativas as quais certamente integrarão a matriz curricular proposta pela UNESCO.

Detalhamento das Atividades

Na presente pesquisa será utilizada a pesquisa bibliográfica, que garante ao pesquisador elaborar levantamentos em materiais como livros, jornais, revistas de relevante interesse, os quais lhe permitirão ter acesso a informações sobre o assunto que será pesquisado.

Importante ressaltar que o conceito de pesquisa bibliográfica empregado por alguns doutrinadores, bem como o seguido nessa linha de pesquisa, é aquele que a reconhece como um método de pesquisa, a forma propriamente dita.

Nesta pesquisa, o método denominado “análise de conteúdo”, realiza o papel sistemático da investigação, pois após a escolha do documento, algumas fases específicas de pesquisa deverão ser observadas.

Somente após a precisa análise dos documentos será possível a realização de construções de categorias as quais permitirão o investigador realizar comparações e chegar a conclusões às quais certamente responderão o seu problema central.

Análise e Discussão do Relato

Além das previsões que os próprios órgãos educacionais apresentam norteando o objeto pesquisado, a realização desta em fomento, compreenderá os diversos conceitos que permeiam o termo “tecnologia”, “cultura virtual”, “cultura midiática”, “TIC”, “letramento digital”, “cibercultura”, “alfabetização midiática e informacional” na sociedade em que se impera o neoliberalismo e a sociedade flexível, na qual o sujeito se auto empresaria;

Com a análise dos documentos normativos educacionais, será verificado o primeiro momento em que o poder legislativo reconheceu a educação como direito fundamental e, desde então, como se preocupou em constituir políticas educativas capazes de garantir educação e tecnologia, seja como “letramento digital” ou “alfabetização midiática e informacional”;

Por fim, também se desenvolverá um estudo aprofundado da Matriz Curricular em AMI (Alfabetização Midiática e Informacional) da UNESCO buscando compreender seus principais objetivos, as características da nova ordem curricular apresentada, e observar se há compatibilidade de tais determinações com as políticas públicas brasileiras adotadas.

Considerações

Na atual sociedade pós-moderna, o uso de tecnologias tem predominado todos os âmbitos e as mais variadas relações, sejam pessoais, profissionais e também educativas. Ocorre que o que se tem percebido é a falsa inclusão digital, na qual o sujeito tem acesso aos mais variados meios tecnológicos, porém, além de não os saber utilizar e compreender as informações que lhe são disponíveis, se sujeitam ao constante “empresariamento de si mesmo”, forte consequência da sociedade em rede, o que evidencia um ineficaz letramento digital que, conforme será demonstrado, deverá ser garantido inicialmente por políticas públicas educativas.

Em todo esse contexto de “falsa globalização” ou “falsa inclusão digital”, para a futura democratização do acesso à informação percebe-se a necessidade de compreender se, e, em que sentido a alfabetização midiática e o letramento digital estão presentes nos textos jurídicos educacionais, bem como a “alfabetização midiática e informacional” proposta pela UNESCO foi inserida nas políticas públicas educativas brasileiras.

Embora a AMI desenvolvida pela UNESCO tenha abrangência brasileira, as verdadeiras inclusões digitais no processo educativo só ocorrerão mediante previsão normativa, ou seja, políticas públicas adequadas e suficientes a garantir o direito fundamental à educação na sociedade neoliberal.

Referências

- AMUI, Selma. **Professor: Profissão ou Sina?**. Araguari, MG: Minas Editora, 1997.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de (Org.). **Formação de professores no Brasil** (1990-1998). Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. 364 p.: il. (Série Estado do Conhecimento, ISSN 1676-0565, n. 6). Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/formacao_de_professores_148.pdf>. Acesso em 19 ago. 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 258 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília, DF:MEC/SEF, 1998.
- BRIGGS, Asa, 1921. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BRZEZINSKI, Iria (Coordenação e organização); GARRIDO, Elsa (Colaboração). **Formação de profissionais da educação (1997-2002)**. Brasília: Ministério da Educação, Instituto Nacional de

Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 124 p.: tab. + 1 CD-ROM – (Série Estado do Conhecimento, ISSN 1676-0565; n. 10).

BUENO FISCHER, R. M. **Mídia, juventude e educação: modos de construir o "outro" na cultura.** *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, vol. 16, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Tradução de Roneide Venancio Majer. 10 ed. Rio: Paz e Terra, 2007. v.1. 617 p.

COSTA, M. V. (Org.) **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação.** 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000010&lng=en&nrm=ISO>. Acesso em: 28 mar. 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução de Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 413p.

DUARTE, N. **Vygotski e o “aprender a aprender”:** crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vygotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e trabalho docente.** Campinas, SP: Papirus, 2013. 171 p.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Disponível em: Nacional<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 1º de agosto de 2016.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. 264 p.

MOTTA, Elias de Oliveira. **Direito Educacional e educação no século XXI: com comentários à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: UNESCO, 1997.

PÉREZ GÓMEZ, Ángel I. **Educação na era digital:** a escola educativa. Tradução de Marisa Guedes. Porto Alegre: Penso, 2015. 192 p.

PEREIRA-TOSTA, S. de F. **Culturas Juvenis, mídias e suas (des)conexões com a formação e o trabalho docente.** *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, v. 3, n. 1, 2014.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 1v e 2v.

QUADROS, M.C. **Culturas juvenis, práticas de escuta e conectividade: uma pauta para a educação?** *Textura*, n.23, jan./jun.2011. Disponível em: www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/download/987/768. Acesso em 19 agosto 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo.** 2 ed. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2008.189 p.

TAVARES, M. **Culturas e Educação: a retórica do multiculturalismo e a ilusão do interculturalismo.** *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, vol. 11, n. 25, 2014. Disponível em <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/649/505>. Acesso em 10 de jun 2016.

UNESCO. **Padrões de competência em TICs para professores: marco político.** Paris: UNESCO, 2009.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais.** Tradução de Augustin Wernet. Introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

WILSON, Carolyn. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores.** Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.

